



ESPECIAL CAFÉ

Caminhos para a sustentabilidade

Se o Brasil sustentar os índices internos de crescimento (3,0%) e mantiver a participação no mercado mundial (30,0%), haverá uma demanda de 53 milhões de sacas de café nos próximos dez anos. O grande fato recente é que a expansão das lojas de café e o crescimento dos cafés especiais compensam o desinteresse dos consumidores pelo café comum. A ampliação dos cafés especiais força uma diversificação da oferta e melhora a qualidade no varejo tradicional.

Diante de um quadro favorável para os próximos anos, Agroanalysis traz um elenco de matérias sobre café. A realidade é oposta ao quadro amargo vivido até 2004, quando o preço rompeu a barreira de US\$ 100 a saca. A tendência de crescimento do consumo não mostra sinais de reversão. As exportações seguem firmes, seja em termos quantitativos como em valor.

Existem duas questões delicadas e de muita preocupação: o câmbio valorizado e a dívida pendente no setor produtivo.

O desafio será desenvolver o conceito da sustentabilidade e suas implicações com o meio ambiente e a responsabilidade social. Se o movimento internacional em torno das certificações e normas ganha cada vez mais força, a cadeia produtiva interna tem capacidade para superar essa tendência e prosseguir na liderança do ranking mundial na produção e exportação.

Análise

Melhorar a gestão para reduzir risco E2

Competitividade sustentável e renda ao produtor E3

Café e responsabilidade social E4

CONJUNTURA

Ajustes e caminhos abertos E5

CRONOLOGIA 2006

Oxigênio depois da crise E6

SAFRA 2007/08

Produção e estoques E8

CRISE

Câmbio penaliza renda E9

COMERCIALIZAÇÃO E10

Aplicação do Pepro E10

MINAS GERAIS

Perfil do endividamento e capacidade de pagamento E11

CONSUMO

Metade da safra fica no País E13

SUSTENTABILIDADE

Certificações no café E15

Políticas para o setor E17

Agenda de compromissos E17

OPINIÃO

O cafeicultor ainda não foi recompensado por sua eficiência E18

PESQUISA

Avaliação do desempenho do Funcafé e do CDPC (2006) E19

Análise

Melhorar a gestão para reduzir risco



Breno Mesquita

APÓS UMA seca prolongada nas principais regiões produtoras do País, a cafeicultura brasileira vive a expectativa de melhora das condições climáticas para garantir uma boa floração e, em seguida, aguardar que as flores vingam. Além disso, os cafeicultores estão sempre atentos aos preços praticados nos mercados nacional e internacional. Nesse sentido, é importante observar que, entre janeiro e o início de novembro deste ano, o mercado brasileiro do café arábica apresentou um recuo de 16,3%. A taxa de câmbio teve, no mesmo período, valorizações contínuas, prejudicando a receita obtida com a venda do produto no mercado internacional.

De outro lado, as exportações brasileiras desde 2001 até 2006 tiveram aumentos anuais consecutivos em valores (US\$), fechan-

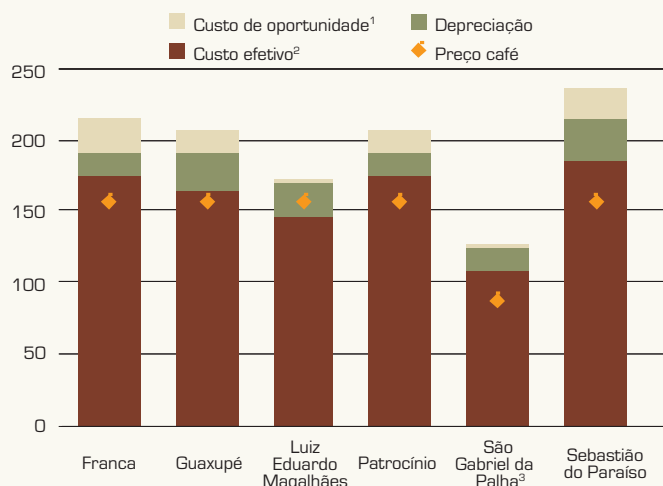
do o acumulado dos seis anos com aumento de 137%. Em quantidade (t), no mesmo período, o aumento não foi tão expressivo, chegando a apenas 17%. Já em 2007 (até outubro), as exportações apresentaram recuos tanto em quantidade quanto em valor. O bom desempenho da balança comercial cafeeira não espelha a realidade da grande maioria do setor produtivo brasileiro, sendo que, no final, o produtor rural pouco recebe esses benefícios.

A diversidade e complexidade do parque cafeeiro brasileiro exigem que o setor se volte para os desafios que ultrapassam as preocupações climáticas e de mercado. O produtor rural, por exemplo, mesmo diante da melhora das exportações, que não necessariamente chega até essa ponta do setor, deverá buscar alternativas que minimizem os riscos recorrentes na atividade.

A gestão do custo de produção dá suporte ao produtor para tomada de decisão em diversos aspectos, tais como investimento, avaliação da viabilidade de aplicação de novas tecnologias, comercialização do café, avaliação da viabilidade da atividade no curto, médio e longo prazo, renegociação de dívidas, recurso para garantir preços coerentes com os custos do setor, entre outros.

Nesse contexto, ao considerar o preço mínimo determinado pelo governo e avaliar o custo de produção da atividade (Conab/2006), verifica-se que o cafeicultor, no ano de 2006, em diversas regiões do País, não conseguiu arcar com o desembolso efetivo da atividade, prejudicando então a viabilidade econômica até mesmo no curto prazo. Nesse caso, as dívidas foram maximizadas e a capacidade de investimento nos cafezais foi reduzida.

Custo de produção do café arábica em 2006 (R\$ por saca)

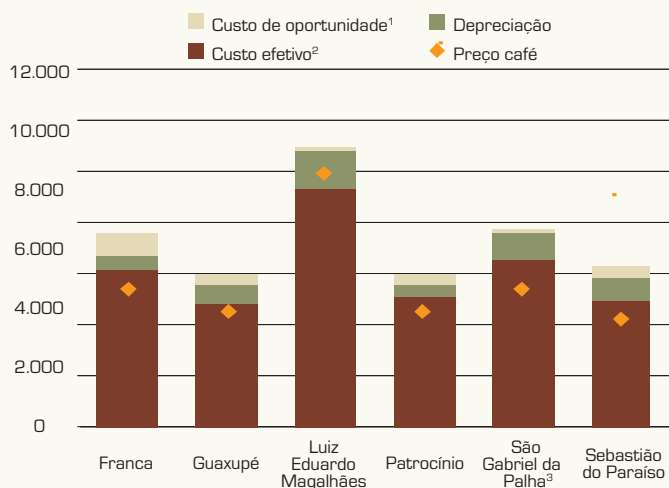


1 Custo de oportunidade: representa o valor associado a melhor escolha entre duas alternativas (o que as demais atividades, opções de aplicação de dinheiro, terra e mão-de-obra, poderiam render ao invés da atividade atual, no caso o café)

2 Custo efetivo: é o total dos custos variáveis e fixos

3 Café conilon

Custo de produção do café arábica em 2006 (R\$ por ha)



1 Custo de oportunidade: representa o valor associado a melhor escolha entre duas alternativas (o que as demais atividades, opções de aplicação de dinheiro, terra e mão-de-obra, poderiam render ao invés da atividade atual, no caso o café)

2 Custo efetivo: é o total dos custos variáveis e fixos

3 Café conilon

Sendo uma cultura de base exportadora, o empresário rural fica fortemente exposto às oscilações cambiais. Os fundamentos da economia brasileira não sinalizam uma desvalorização da moeda brasileira ante o dólar. Portanto, é o momento dos agentes do sistema agroindustrial do café voltarem suas atenções para a redução dos custos setoriais. Nesse sentido, a Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) vem acompanhando com os produtores o custo de produção na atividade nas principais regiões produtoras do

País. O objetivo é melhorar a gestão empresarial dos produtores e, com isso, minimizar os riscos.

Breno Mesquita é presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Competitividade sustentável e renda ao produtor



Manoel Vicente F. Bertone

A CAFEICULTURA brasileira tem apresentado uma excelente performance ao longo dos últimos anos. Consumo interno crescendo em níveis superiores ao de outros produtos de consumo e exportações em ótimo volume, apesar da baixa produção de 2007. Isso se deve à competente organização do setor que, hoje, conta com os elos da cadeia produtiva fortalecidos por entidades eficientes, unidas na formulação de políticas públicas pelo Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

A dedicação e o empenho dos produtores, hoje uma classe fortemente organizada em cooperativas, sindicatos, associações, federações e confederação. Estas entidades organizam seminários, difundem tecnologia e promovem sistema de compras que permite redução de custos. Elas esclarecem sobre condições de mercado, permitem mecanismos modernos de comercialização e formação de preços, e assim fortalecem os produtores tanto economicamente quanto politicamente.

Mas o momento atual requer muita atenção e cuidado. A competitividade e a sustentabilidade da produção têm se dado com prejuízo da rentabilidade do cafeicultor, num modelo que privilegiou a manutenção da produção e da oferta por meio de financiamentos de custeio e suas sucessivas prorrogações em detrimento da renda do setor produtivo.

Esse modelo acaba prejudicando o setor no longo prazo, pois permite uma produção não induzida pelos preços e, portanto, so-

mente sustentável pela entrada de novos produtores no mercado, que substituam os anteriores acreditando no seu investimento e na sua “maior competência”, e devido aos subsídios governamentais consubstanciados numa dívida eternamente prorrogada.

Tal sistema encontra-se exaurido, necessitando de alternativas que se mostram ainda mais prementes dada a interminável valorização do real, fomentada tanto pela depreciação do dólar em termos internacionais quanto por uma política interna de juros que, se de um lado apresenta inegável resultado macroeconômico, de outro contribui também para o aumento de custos do setor produtivo.

O CDPC deu um primeiro e muito importante passo. Aprovou um orçamento que prevê forte alocação de recursos em mecanismos importantes para indução do mercado, tais como o Pepro, o programa de opções públicas, e elevado volume de financiamento. Esses programas permitem a eventual compra de estoques (por meio das opções), subsídios diretos aos produtores (Pepro), financiamentos dirigidos a políticas específicas, como custeio e investimento, além dos necessários investimentos em *marketing* e pesquisa.

Transformar esses mecanismos em políticas que induzam à melhoria de renda, sem a qual a produção não é sustentável do ponto de vista do produtor, é o desafio do Conselho Deliberativo da Política do Café, órgão do qual a Secretaria de Produção e Agroenergia é agente executivo.

Manoel Vicente F. Bertone é secretário de Produção e Agroenergia

Café e responsabilidade social



Silas Brasileiro

A IMPORTÂNCIA social da cafeicultura no Brasil é indiscutível. Formada principalmente por produtores pequenos e médios, a produção se distribui por diversas regiões, nas quais é fator de desenvolvimento regional, geração de empregos e renda bem distribuída.

Nessas regiões, quando o café vai bem, tudo vai bem e, ao contrário, quando o café vai mal, tudo acaba indo mal. Quando o café vai mal, custos sociais antes supridos pela atividade passam a ter de ser supridos por estados e municípios. Seguro- desemprego, necessidade de distribuição de cestas básicas, superlotação de centros de saúde devido principalmente à alimentação insuficiente. Os municípios acabam arcando com despesas para as quais não possui receita suficiente.

A renda do cafeicultor movimenta o comércio e a indústria, prestadores de serviços são mais bem remunerados, a economia regional ganha impulso e seu efeito multiplicador gera bem-estar para a população em geral.

O governo do presidente Lula vem dispensando uma atenção especial para os setores agrícolas, cuja dívida vem sendo analisada juntamente com o Congresso Nacional em busca de uma solução definitiva. Agora, o País abre seus olhos para a cafeicultura, um dos setores da economia que sofre grande impacto com a valorização do real, por ser fundamentalmente exportador.

Em consonância com a política social dirigida pelo Palácio do Planalto, o ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento Reinhold Stephanes tem se esforçado pela implementação de programas que possam proporcionar ao cafeicultor renda compatível com os custos de produção e os investimentos efetuados.

Assim, da mesma forma que para outros setores agrícolas, foi implementado já nesta safra de 2007 o Pepro para o café, programa que visa a suplementar o preço para produtores que comercializarem sua produção dentro de determinadas condições. Trata-se de um programa que, no caso do café, atende principalmente aos pequenos e médios produtores, estando limitado a 300 sacas por produtor, e que visa a dar fluxo à safra, ou seja, trata-se de um incentivo para que o produtor não segure sua safra esperando melhores preços nem recorra a financiamentos para esse fim, recebendo para isso um adicional de preço.

Tendo em vista o inegável sucesso dessa primeira iniciativa, e seu profundo caráter social, o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) aprovou para o próximo ano a aplicação de R\$ 300 milhões para esse fim, com recursos do Funcafé. Na mesma linha de se buscar maior renda para o produtor, num momento em que os preços sofrem o impacto da valorização de nossa moeda e a produção os efeitos de uma seca, o CDPC aprovou também R\$ 750 milhões para um programa de opções públicas que nos permitirão administrar o fluxo de oferta, balanceando-a entre as próximas duas safras.

Esses programas demonstram bem que o governo federal buscará, em suas políticas públicas, fazer com que a cafeicultura possa arcar com suas responsabilidades sociais, ao mesmo tempo em que abastece o mercado interno e continue gerando importantes divisas para o Brasil.

Silas Brasileiro é secretário executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

CONJUNTURA

Ajustes e caminhos abertos

PLANTA DA família rubiácea, originária da Etiópia, utilizada e disseminada mundo afora como bebida pelos povos árabes. Isso explica o nome da principal variedade (*Coffea arabica*), a mais consumida na forma direta. Já a variedade robusta ou *conillon* (*Coffea canephora*), com elevado teor de cafeína, é mais utilizada na formação de *blends* e na indústria de solúvel, segmento que utiliza mais de 25 milhões de sacas.

Há 280 anos chegavam ao Brasil as primeiras mudas de café trazidas da Guiana Francesa por Francisco de Mello Palheta. Desde então, o precioso grão passou a despertar interesse. Para o desenvolvimento nacional deu grande contribuição ao bancar o início da industrialização. Promoveu a interiorização, sobretudo com a construção das ferrovias para viabilizar seu transporte até os principais portos.

Por muito tempo, a rubiácea foi o item mais importante no comércio externo brasileiro. Com o tempo, o País passou a ser o principal produtor mundial. Atualmente, é responsável por cerca de 30% do mercado. É o segundo maior consumidor, superado apenas pelos Estados Unidos. Mas o consumo *per capita* é baixo diante de outros países, sobretudo aqueles de regiões frias.

Os cenários da cafeicultura apontam o potencial brasileiro para manter a liderança global ante o aumento estimado da demanda de 146 milhões de sacas para os próximos dez anos.

O Brasil é detentor de uma pesquisa cafeeira dinâmica e de organizações políticas pluralistas e descentralizadas, mas defronta-se com limitações focadas na quase sempre:

- Valorização do câmbio;
- Aumento desequilibrado dos custos de produção;
- Fraca atenção à gestão da propriedade;
- Baixo investimento em agregação de valor ao produto.

A conjuntura do agronegócio café, caracterizado por baixos estoques e participação no mercado mundial ao redor de 30%, exigirá do Brasil produções médias entre 55 e 60 milhões de sacas. Este aumento deverá decorrer principalmente da melhora da produtividade.

Alguns fatores afetam a competitividade e merecem discussão na cadeia produtiva do café. Uma baixa nos custos de fertilizantes e defensivos poderia ser conseguida com a redução de impostos. Já os investimentos em difusão e transferência de tecnologia, principalmente a pequenos e médios produtores, são considerados prioritários para melhorar a:

- A gestão administrativa;
- Os mecanismos de comercialização;
- A capacitação dos trabalhadores.

O cafeicultor será cada vez mais exigido quanto à adoção de tecnologias sustentáveis de produção, rastreabilidade dos processos e certificações de que o produto atende às demandas do mercado. A palavra de ordem está na agregação de valor ao café brasileiro e atenção às tendências e oportunidades do mercado.

Pontos de encontro desde os tempos remotos

O termo café é sinônimo de bar ou restaurante. Paris, Viena, Londres e Buenos Aires possuem estabelecimentos centenários, que são pontos obrigatórios para os apreciadores da bebida. Veneza foi o ponto de irradiação da bebida para o mundo, quando os mercadores adquiriam o grão da Turquia e o levavam à Europa lá pelos idos de 1600. A bebida ficou mundialmente apreciada.

Com a aceleração do processo profissional do *espresso* na Itália, a partir da década de 1940, houve uma revitalização das cafeterias. Com moderna apresentação, crescem exponencialmente em todo o mundo. O binômio *espresso*-cafeterias criou a figura do barista, profissional capacitado para a preparação e a decoração da bebida a ser servida, requisitado com o aumento do consumo fora do lar.

Engrossam esse contexto as *coffee shops* e os *snackbars*. Muitas delas se assemelham às redes de *fast food* (McDonald's, Dunkin Donuts e Burger King), pela forma de atendimento e ampla distribuição geográfica. Embora a bebida quente seja o carro-chefe, versões geladas e uma plêiade de produtos (be-

bidas variadas e comidas) são oferecidas aos consumidores, além da venda de café empacotado (torrado e/ou moído), cafeteiras, louças, CDs/DVDs etc.

O ano de 2006 será lembrado como o marco da inserção oficial do Brasil no rol de países consumidores de cafés finos, com a inauguração da Starbucks, presente em 37 países com mais de 13 mil pontos de atendimento – inclusive na China –, embora já existissem cafeterias bem qualificadas por aqui, caso da Café do Ponto, primeira rede do país, hoje de propriedade da Fran's Café e da Rei do Mate, entre outras, com operações no sistema de franquias.

Depois de um período de ostracismo e estagnação, a economia cafeeira vive uma fase de euforia por conta de produtos valorizados pela qualidade nos mercados interno e externo.

Onde saber mais
Cafés e Cafeterias

Sebastião Nogueira Junior
Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola - IEA

CRONOLOGIA 2006

Oxigênio depois da crise

O BALANÇO das ações do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), administrado pela Embrapa Café, revela o amadurecimento do setor de pesquisa, mais participativo e integrado aos demais elos da cadeia produtiva.

Diante dos novos paradigmas do mercado, as exigências dos consumidores e a velocidade da informação, as instituições precisam modernizar a sua comunicação com o público de referência, para facilitar a transferência de conhecimento e a adoção de novas tecnologias sugeridas pela pesquisa. Veja o mundo da pesquisa em 2006.

Janeiro CBP&D/Café anuncia participação na rede de negócios, colaboração e conhecimento, denominada Peabirus. A rede estruturada pelo Conselho Nacional do Café (CNC) objetiva integrar virtualmente as instituições de pesquisa, cooperativas e outros segmentos da cadeia.

Fevereiro CBP&D/Café acompanha as primeiras iniciativas dos países consumidores para valorizar os cafés certificados do Brasil, por meio de parceria entre o Centro de Café Alcides Carvalho do Instituto Agrônomo (IAC) com representantes da Consumers International (CI), com a apresentação à Organização Internacional do Café (OIC) de sugestões para os governos, varejistas e a indústria de café apoiarem a demanda crescente de cafés certificados.

Março A Embrapa Café disponibiliza para os participantes do CBP&D/Café, o Sisgap (Sistema de Gestão Administrativa do Programa Café). Trata-se de uma ferramenta para facilitar a troca de informações entre pesquisadores, administradores e gestores do PNP&D/Café. O sistema torna mais transparente o planeja-

mento, a coordenação e a supervisão dos processos de seleção, coleta, aquisição, registro, armazenamento, processamento, recuperação, análise, difusão de dados e geração de informações.

Abril A Embrapa e o Instituto do Coração (InCor) oficializam parceria durante a 5ª edição da Exposição de Tecnologia Agropecuária Ciência para a Vida, para avaliar os efeitos do café sobre as doenças do coração e confirmar os efeitos benéficos das substâncias presentes na bebida.

Pesquisa desenvolvida no CBP&D/Café possibilita a adaptação do processo de pervaporação para obter e recuperar o aroma da bebida. Sem utilizar solvente, o sistema não deixa resíduos tóxicos no produto.

Mai A Embrapa Café, por maio dos pesquisadores do CBP&D/Café, incentiva produtores de Alto Paraíso de Goiás (GO), santuário goiano da ecologia, a aderirem ao atrativo mercado dos cafés orgânicos, como forma de efetivar o desenvolvimento sustentável da região.

Belo Horizonte é sede do primeiro *workshop* para a discussão da norma sugerida pela Produção Integrada de Café (PIC), de como gerir a produção a partir de diretrizes técnicas com a finalidade de garantir sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Junho Pesquisa da Embrapa Cerrados demonstra ser possível a aplicação de estresse hídrico controlado, na estação seca do ano, na época certa e com magnitude adequada, para sincronizar o desenvolvimento dos botões florais do cafeeiro.

Julho Com o apoio do CBP&D/Café, foram lançadas as variedades de café:

- Catiguá MG3, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) como opção para o sul de Minas, com resistência à ferrugem alaranjada do cafeeiro e ao nematóide das galhas (*Meloidogyne Exigua Goeldi*).
- IPR 103 pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), em Londrina.

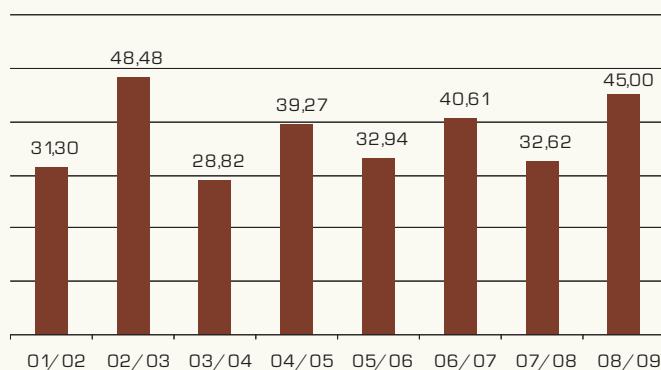
Com o apoio do CBP&D/Café, o café *conillon* é apresentado como alternativa econômica para os municípios da Zona da Mata, com baixas altitudes e temperaturas mais elevadas, inapto ao cultivo do café arábica.

Agosto Pesquisas científicas sobre café passam a ser publicadas pela *Coffe Science*, revista técnico vinculada à Universidade Federal de Lavras (Ufla) e CBP&D/Café.

Setembro Estudo financiado pelo CBP&D/Café sobre Tecnologia do Cereja Descascado (CD) comprova melhorias na bebida, com agregação de valor ao produto, por meio de cuidados no pós-colheita, nas principais regiões produtoras do estado de São Paulo.

Participação brasileira no 21th International Conference on Coffee Science, organizada pela International Association on Coffee

Brasil: produção de café (milhões de sacas)



Fonte: USDA

Science (Asic) na França, reforça a importância do País não só como líder em produção e exportação, mas também como gerador de pesquisas importantes para o fortalecimento do agronegócio café no mundo. O Brasil será sede da próxima conferência, em 2008.

Outubro Aprovadas duas propostas brasileiras do CBP&D/Café, na reunião da Organização Internacional do Café (OIC), para o Programa de Atividades da OIC no biênio 2006/07, incluindo iniciativas para o desenvolvimento sustentável da cafeicultura.

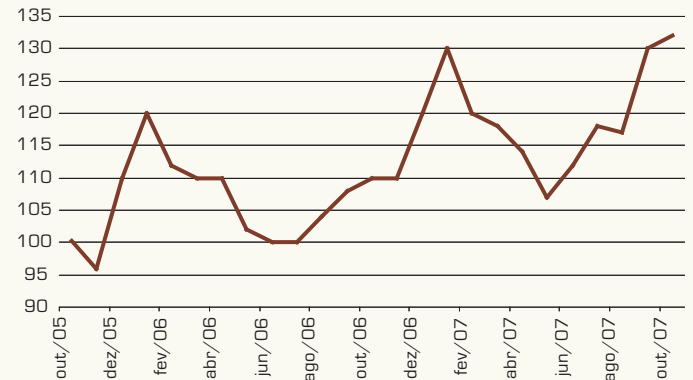
Novembro Como parte do Programa de Transferência de Tecnologia do CBP&D/Café, o tema “arborização em cafezais” é debatido no 3º Simpósio Internacional de Café, realizado pelo Centro de Café Alcides Carvalho, no Instituto Agrônômico (IAC), como alternativa para preservar e equilibrar o sistema produtivo e não somente a obtenção de altas produções sem sustentabilidade.

Setores da produção, exportação e indústria discutem na sede do Sindicato das Indústrias de Café do Estado (Sindicafé), em São Paulo, o projeto Código Comum para a Comunidade Cafeeira, iniciativa alemã conhecida pela sigla 4C, para ampliar a oferta de café verde no mercado comum produzido com critérios de sustentabilidade.

Frustração das floradas e a baixa frutificação causam apreensão nas principais regiões cafeeiras do Brasil, pois representam quebra ainda maior na próxima safra, reduzida naturalmente pela bienalidade de altas produções.

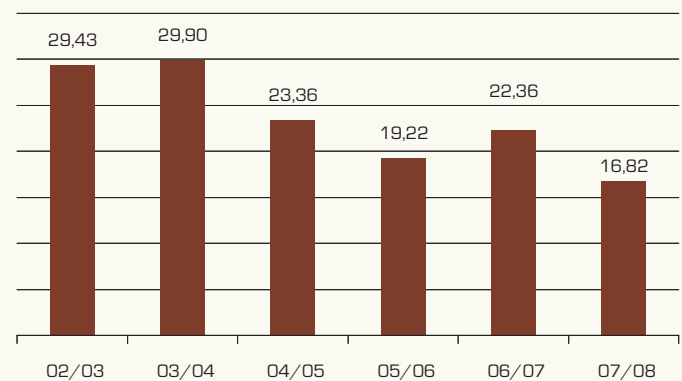
Dezembro O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), uma das instituições fundado-

Mercado internacional de café – Bolsa de Nova York (US\$ por tonelada)



Fonte: USDA

Mundo: estoques de café (milhões de sacas)



A volta da rentabilidade

Com a escalada dos preços do café no mercado internacional, principalmente, a partir do segundo semestre de 2005, diante da expectativa de uma produção brasileira menor no ciclo 2005/06, os produtores tiveram um ganho real médio, que prosseguiu na safra 2007/08.

Mas a alta dos preços ainda é insuficiente para remunerar os cafeicultores e trazer-lhes tranquilidade. Houve aumento no custo de produção, com maiores dispêndios em adubos e em defensivos agrícolas. A cafeicultura ainda não recuperou o prejuízo acumulado no fim da década de 1990 até 2004, quando os preços estavam desvalorizados ante o desequilíbrio entre a oferta e a demanda.

Em 2006, para ser remunerador, o preço do café arábica deveria ficar em um patamar superior a R\$ 250,00 a saca, mas situou-se na média de R\$ 220,00. Quem vendeu café no fim do ano teve uma rentabilidade melhor. A saca de café arábica iniciou o ano a R\$ 220,00 e fechou a R\$ 290. Já o custo oscilou de R\$ 170,00 a R\$ 190,00 a saca.

O exercício de 2006 foi o primeiro ano que o produtor vendeu a mercadoria por um preço maior que o custo depois da crise. Nos quatro anos anteriores o produtor trabalhava sem cobrir os custos.

Na safra 2006/07, os preços mínimos de R\$ 157,00 a saca

para o café arábica e de R\$ 89,00 a saca para o café robusta, foram os mesmos vigentes na safra 2005/06.

Ainda em 2006, o Departamento de Café (Decaf), do MAPA, por meio do Funcafé, disponibilizou pouco mais de R\$ 1,578 bilhão para o financiamento da produção, industrialização e comercialização de café. Cerca de R\$ 1,3 bilhão foi principalmente para estocagem. Quando se somam às Cédulas de Produto Rural (CPRs), os recursos provenientes do crédito rural totalizaram mais de R\$ 2,5 bilhões.

Para facilitar as operações Funcafé, no começo deste ano, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os recursos para as linhas de crédito de custeio, colheita, estocagem e Financiamento para Aquisição de Café (FAC). Com isso, o MAPA e Ministério da Fazenda poderão alocar e remanejar o montante destinado a essas quatro linhas previstas no orçamento de 2007, de R\$ 2,1 bilhões.

Para 2008, a proposta orçamentária a ser encaminhada ao Congresso será de R\$ 2,56 bilhões. Esse incremento é uma adequação da safra bianual, que tende a ser maior no próximo ano, apesar dos acidentes climáticos. A expectativa para os preços da commodity é de continuarem elevados, pois os estoques mundiais continuam baixos e o consumo permanece em alta.

ras do CBP&D/Café, completa 50 anos de contribuições para a agricultura.

Projeto do CBP&D/Café – Propriedades Físicas e Geotécnicas de um Latossolo Vermelho-Amarelo Cultivado com Cafeeiro –, desenvolvido pela Universidade Federal de Lavras (Ufla) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), chama a atenção da classe acadêmica para a sustentabilidade da cafeicultura.

SAFRA 2007/08

Produção e estoques

A SAFRA de café 2007/08 alcançou 32,6 milhões de sacas de 60 quilos, segundo a Conab. Desse volume, 22,5 milhões de sacas (69%) são da variedade arábica e 10,1 milhões de sacas (31%) do tipo robusta/*conilon*.

Os números constam do terceiro levantamento da produção de café 2007/08. A estimativa de 32,6 milhões de sacas é 1,7% superior à pesquisa de abril deste ano e 23,3% menor que a safra passada, de 42,5 milhões de sacas. A diferença deve-se à:

- Bianualidade negativa da cultura (uma safra maior num ano e menor no outro),
- Estiagem ocorrida no período de floração;
- Excesso de chuvas entre dezembro e janeiro;
- Aparecimento de pragas e doenças nos cafezais.

Minas Gerais segue como o maior produtor de café, com 14,8 milhões de sacas, o equivalente a 45,3% do total do País. O estado também é responsável pela maior parte da produção de café arábica. Em segundo lugar aparece o Espírito Santo, com 9,5 milhões de sacas, correspondendo a 29,2% da safra brasileira. O território capixaba é o maior plantador do tipo robusta.

Balanço de oferta e demanda na safra 2007/08 (milhões de sacas)

Colheita	32,6
Estoque	
Privado	7,0
Governo	1,5
Total	8,5
Disponibilidade	42,1
Consumo	17,4
Exportação	28,0
Saldo	(3,3)

Estimativa da Safra 2007/2008

3ª previsão da safra brasileira de café
2007/2008 (ago/07, em milhares de sacas)

UF/região	Produção (mil sacas beneficiadas)			Produtividade (sacas/ha)
	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	14.753	36	14.789	14,57
MG-sul/oeste	6.302	-	6.302	12,47
MG-Triângulo/Paranaíba	3.038	-	3.038	19,56
MG-Mata/Jequitinhonha	5.413	36	5.449	15,37
Espírito Santo	2.023	7.517	9.540	20,44
São Paulo	2.299		2.299	15,77
Paraná	1.740		1.740	17,51
Bahia	1.319	508	1.827	19,23
Rondônia	-	1.346	1.346	8,48
Mato Grosso	13	160	173	10,66
Pará	-	277	277	12,44
Rio de Janeiro	212	9	221	15,73
Outros	165	248	413	15,74
Brasil	22.524	10.101	32.625	15,84

Fonte: Conab

Parque cafeeiro brasileiro – levantamento de ago/2007

	Em formação		Em produção	
	área (ha)	cafeeiros (mil covas)	área (ha)	cafeeiros (mil covas)
Minas Gerais	128.043	460.261	1.014.993	3.122.634
Espírito Santo	22.187	70.499	466.620	1.054.887
São Paulo	18.533	67.376	145.767	392.831
Paraná	7.300	38.900	99.400	334.900
Bahia	3.762	3.849	94.990	251.554
Rondônia	4.570	8.765	158.630	283.313
Mato Grosso	1.348	3.235	16.222	38.933
Pará	1.288	4.508	22.265	53.436
Rio de Janeiro	260	1.200	14.048	26.540
Outros	1.073	2.575	26.243	62.983
Brasil	188.364	661.168	2.059.178	5.622.011

Fonte: MAPA - SPC / Conab

A área cultivada é estimada em 2,2 milhões de hectares. Do total, 91,6% (2,1 milhões de hectares) estão em plena produção e 8,4% (0,20 milhões de hectares) ainda estão em formação. A colheita encerrou-se em setembro em Minas Gerais, São Paulo e

na Bahia. No Espírito Santo foi até outubro. Nos demais estados, já está concluída.

Para que o País disponha de café suficiente para atender à demanda, seria necessário que cafeicultores produzissem nas duas safras de bianualidade (positiva/negativa) cerca de 90 milhões de sacas para que não haja riscos de déficit de oferta.

Padrões mínimos de qualidade

Até o final deste ano, o MAPA concluirá a elaboração da instrução normativa que estabelecerá os padrões mínimos de identidade e de qualidade para a classificação do café torrado e moído comercializado no mercado interno e importado de outros países.

A instrução normativa está sendo elaborada pelo Departamento de Café (Dcaf/MAPA), Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (Dipov/MAPA) e Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic). Para conclusão, será submetida à consulta pública por 60 dias. Nesse prazo, a cadeia produtiva da cafeicultura e os consumidores poderão apresentar propostas para análise do grupo responsável por definir os padrões.

A elaboração da instrução normativa tornará obrigatória a classificação do café oferecido ao consumidor brasileiro, além de priorizar a avaliação da qualidade da bebida. Para o produto exportado pelo País, a fiscalização não é obrigatória, pois o monitoramento é feito pelos exportadores e importadores.

CRISE

Câmbio penaliza renda

PARA A safra 2007/08, a Organização Internacional do Café (OIC) prevê uma produção global de 109 milhões a 112 milhões de sacas, em comparação a 122,27 milhões na estação anterior. O aumento da colheita em outros países não será suficiente para contrabalançar a redução no Brasil, devido à bianualidade de produção e fatores climáticos.

O Vietnã, segundo maior produtor mundial e o maior do tipo de robusta, deverá colher 16,5 milhões de sacas em 2006/07. O país tem aumentado nos últimos anos a sua produção. Desde 1999, assumiu a vice-liderança mundial, tirando o posto da Colômbia.

Já a demanda mundial será de 118 milhões a 120 milhões de sacas, em comparação a 116 milhões em 2006. A oferta atual e a estrutura da demanda fortaleceram a firmeza dos preços registrados no final de 2006 e início de 2007. A firmeza dos preços deverá continuar.

Mundo: produção e demanda de café (milhões de sacas de 60 kg)

Item	2006/07	2007/08
Produção	122,27	109 a 112
Demanda	116,00	118 a 120

Fonte: OIC

Os exercícios de 2006 e 2007 foram de disponibilidade apertada de café para o Brasil para atender à exportação e ao mercado interno. As exportações continuam com a força de 2006, quando atingiram 27 milhões de sacas.

O volume industrializado representou 38% da safra 2006/07. Na safra 2007/08, com o aumento do consumo para 17,4 milhões de sacas, deverá chegar a 52% da safra colhida.

Brasil: participação do consumo interno na produção de café

Ano	Industrialização (a)	Produção (b)	(a)/(b)
milhões de sacas			
2007 *	17,4	33,0	52%
2006	16,3	41,5	38%

* Previsão

Fonte: Abic

Esse desequilíbrio, mais a apreciação dos preços do grão cru no mercado mundial e no mercado físico brasileiro, deram sustentação e aumentaram os preços do produto para os consumidores.

Endividamento crônico

A desvalorização do dólar ante o real gera apreensão e tensão na cadeia produtiva do café. Representantes de sindicatos rurais e cooperativas das principais regiões produtoras levaram essa preocupação para o governo. O foco do problema é o valor recebido pelo produto. O preço médio da saca, de US\$ 120, historicamente seria considerado satisfatório, mas quando convertido para a moeda nacional decepciona.

Por sua vez, o passivo existente no campo, aliado à safra mais baixa deste ano, deixa mais crítica a situação. Um dos pleitos para aliviar o risco cíclico do setor é a criação de um seguro. Sem condições para interferir no câmbio e no preço definido pelo mercado, o governo poderia atuar em duas frentes: reduzindo a carga tributária e os juros e alongando a dívida dos cafeicultores com os bancos.

Na Comissão de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados, as lideranças rurais chamaram atenção para o endividamento crônico da cafeicultura brasileira. Pelos dados do governo cerca de 30% do recursos contratados nas operações alongadas do Funcafé estão em inadimplência. Esse percentual correspondia a R\$ 260 milhões em junho último. Boa parte desse valor referia-se ao não-pagamento de juros, uma vez que a amortização do capital ainda não tinha começado.

Operação *drawback*

As indústrias de café solúvel e de torrado pleiteiam a importação de café verde, em regime de *drawback* (importação de insumos para reexportação). No segmento de solúvel, a argumentação é a perda de competitividade nos últimos anos, principalmente no mercado internacional. De 1995 e 2002, as exportações de solúvel ficaram praticamente estagnadas, enquanto as negociações globais dobraram para 16 milhões de sacas.

Outra colocação, de natureza conjuntural, era de que o preço do café robusta no Brasil registrava aumento de 20% em 2006. Isso encarecia os custos de produção das indústrias de solúveis. A menor safra prevista para 2007/08 também acendia a luz amarela dessas indústrias, que utilizam mais de 90% dos grãos robusta em seu *blend* de solúvel.

As indústrias consomem cerca de 4 milhões de sacas de robusta por ano para a produção de café solúvel. A expectativa do setor é de importar pelo menos 1 milhão de sacas. Não seria uma substituição da produção por importados, mas uma complementação.

Para as indústrias de torrado e moído, a importação de café arábica se limitaria a cerca de 20% de um total de 120 mil sacas que são exportadas anualmente. Até 2002 não havia necessidade de *drawback*, pois até então não havia exportação. Por outro lado, o Brasil assiste a um movimento recente de entrada de cafeterias estrangeiras, que utilizam em seu *blend* pouco café brasileiro.

As indústrias de solúvel chegaram a enviar carta oficial ao governo do Vietnã, maior produtor mundial de café robusta, pedindo para estreitar as negociações com o governo brasileiro. O assunto depende do consenso da cadeia e está sob responsabilidade do Conselho Deliberativo da Política Cafeeira (CDPC). Há uma preocupação da cadeia produtiva com problemas fitossanitários devido à importação de grãos. A lei brasileira permite fazer este tipo de operação, mas existe a preocupação de se repetir na cafeicultura o fato desastroso ocorrido com o cacau. A liberação das compras no exterior nos últimos anos trouxe a vassoura-de-bruxa e destruiu a atividade cacaueira no País.

A resistência do setor produtivo é natural. O Brasil possui o maior parque produtor cafeeiro do mundo. As conquistas nacionais no campo da tecnologia e na melhoria da qualidade são exaltadas em muitos exemplos. No caso específico da cadeia produtiva do café, a postura estratégica consiste no fortalecimento de todos os seus elos. As políticas públicas devem eliminar os gargalos existentes e proporcionar um ambiente de competitividade econômico e institucional para o setor. Um análise acurada para sustentar e ponderar uma medida de repercussão interna como a abertura de mercado.

As raízes da crise recente do café vêm das décadas de 80 e 90, com a extinção da cláusula econômica do Acordo Internacional do Café, firmado pela Organização Internacional do Café (OIC). O resultado foi uma oferta muito grande do produto no mercado internacional, quando o consumo estava estagnado. Os preços deprimiram-se, houve diminuição da renda e perda da capacidade de investimento do cafeicultor.

Estrategicamente, diante de um cenário favorável ao café nos próximos anos, com os mais baixos estoques dos últimos anos no Brasil e no mundo, o mercado acredita que os cafeicultores devem armazenar o produto e aguardar um cenário ainda melhor para comercializar a safra que está em plena colheita.

Os produtores deparam com um fluxo forte de crédito para o financiamento das despesas da colheita do café, correspondente a cerca de 30% do custo de produção do setor, e à estocagem. São R\$ 2 bilhões disponíveis, dos quais R\$ 1,3 bilhão do Cecafré (50% acima da safra anterior) e R\$ 700 milhões previstos nos depósitos à vista do sistema financeiro. A proposta orçamentária a ser encaminhada ao Congresso é de R\$ 2,56 bilhões para 2008.

Os recursos são emprestados ao produtor até o limite de R\$ 200 mil (R\$ 1.440 por hectare), com a taxa de juros a 9,5% ao ano e prazo de 180 dias para iniciar o pagamento.

COMERCIALIZAÇÃO

Aplicação do Pepro

PARA AUMENTAR o poder de barganha do produtor na comercialização da mercadoria a preços mais remuneradores, o MAPA usa o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) para o café tipo arábica. É um mecanismo para garantir aos cafeicultores a possibilidade de vender a saca por um preço compatível com o custo de produção, estimado em R\$ 218,14 pela Conab.

O Pepro é um instrumento que permite ao governo federal garantir um patamar de preço ao produtor (preço de referência). O produtor rural ou a cooperativa recebem uma subvenção econômica (prêmio). Em contrapartida, dispõem a vender o produto pela diferença entre o valor de referência fixado pelo governo e o prêmio arrematado no leilão.

O governo destinou ao Pepro uma verba de R\$ 200 milhões para apoiar a comercialização de até 5 milhões de sacas de café:

- Primeiro pregão: prêmio oferecido para 4 milhões de sacas, de R\$ 40 por saca;
- Segundo pregão: oferta de mais 1 milhão de sacas.

O preço de referência da saca, com teor de umidade de até 12,5%, fixado pelo Decafé:

- Tipo 5 para melhor, bebida dura para melhor: R\$ 315;

- Tipos 6 e 6/7, bebida dura para melhor e R\$ 300;
- Tipo 7 bica corrida, qualquer bebida: R\$ 290.

Condições para participar do Pepro:

- Venda de, no máximo, 300 sacas por CPF ou CNPJ;
- Cadastro perante a bolsa por meio da qual se pretende realizar a operação;

Vantagens do Pepro

- Ser modelo moderno para dinamizar o mercado;
- escoar a safra em bases que permitam a sobrevivência dos cafeicultores;
- Não reter a oferta e não obrigar o governo a adquirir café;
- Compensar o problema cambial;
- Fortalecer a competitividade do café brasileiro no exterior;
- Não penalizar o consumidor: mantém o preço praticado em dezembro de 1986;
- Sinalizar aos agentes da cadeia um nível mínimo de preço para escoar a produção;
- Evitar preços artificialmente: a) altos que induzam aumento de produção; b) aviltantes que provoquem a extinção do parque cafeeiro.

- Situação regular no Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e em outros órgãos.

Para a safra 2008/09, o governo prepara uma proposta orçamentária, de R\$ 2,5 bilhões, com a aplicação do Pepro para um volume de 10 milhões de sacas. A expectativa é de que a próxima safra seja maior que a atual, de 32 milhões de sacas, em consequência da bianualidade da lavoura cafeeira.

O MAPA realizou dois leilões do Pepro entre junho e julho. Em ambas as vendas foram de 100%. No primeiro, a oferta foi de 4 milhões de sacas e, no segundo, de 1 milhão de sacas.

Os prêmios serão pagos aos produtores e cooperativas que realizarem as vendas até 30 de junho de 2008 e comprovarem a operação de venda à Conab até 30 de setembro do ano que vem.

Como a cotação do café aqueceu devido aos indícios de uma safra brasileira menor que a prevista pelo mercado, devido ao clima seco e chuvas insuficientes, muitos optam por aguardar novas altas para intensificar as vendas. Alguns que participaram dos leilões de Pepro esperam patamares acima de R\$ 260,00/sc para obterem o subsídio do governo.

O prêmio deverá ser somado ao mínimo de R\$ 260,00/sc a ser obtido na comercialização do arábica de tipo 6 até junho de 2008. Isso resulta em um valor de referência por volta de R\$ 300,00/sc – considerado um “patamar psicológico” aceitável pelo setor produtivo.

O cenário altista das cotações é considerado atípico, pois o grão do café está 100% colhido. Tradicionalmente, os preços caem na safra devido ao aumento da oferta no mercado.

O preço reagiu à baixa oferta brasileira e rompeu a barreira de 120 dólares por libra-peso. Apesar de o dólar demonstrar uma modesta reação ante o real, o câmbio ainda é considerado um empecilho para a receita do produtor. Recentemente, a *commodity* foi negociada na Bolsa de Nova York (Nybot) a 124,75 centavos de dólar por libra-peso, o melhor valor desde agosto de 1998, quando a cifra chegou a 122 centavos de dólar por libra-peso.

Ações do MAPA até final de outubro

- Realização de vinte leilões neste ano, com a oferta de 890 mil sacas e 849,1 mil vendidas. Na média dos 19 leilões, a saca de 60 kg saiu por R\$ 202,28, com arrecadação de R\$ 171,7 milhões para o Funcafé;
- Liberação de R\$ 112,3 milhões do Funcafé para operações de custeio, estocagem e aquisição de café da safra 2007/2008. Os recursos foram rateados entre os bancos Cooperativo do Brasil S.A. (R\$ 70 milhões), Santander Banespa S.A. (R\$ 35 milhões) e Itaú BBA S.A. (R\$ 7,2 milhões).
- De abril até agora foi liberado mais de R\$ 1,4 bilhão do Funcafé para financiamento de colheita (R\$ 412,5 milhões), estocagem (R\$ 460,3 milhões), custeio (R\$ 334,1 milhão) e Financiamento para Aquisição de Café-FAC (R\$ 215,3 milhões). Este ano, o Fundo dispõe de R\$ 2,026 bilhões para liberar aos bancos para atendimento às linhas de custeio, colheita, estocagem e FAC.

MINAS GERAIS

Perfil do endividamento e capacidade de pagamento

O CONSELHO Deliberativo da Política do Café (CDPC) solicitou estudo, elaborado pela Agroconsult, sobre a cafeicultura mineira com o objetivo de:

- Fazer uma avaliação realista da capacidade de pagamento dos cafeicultores;
- Levantar os custos de produção;
- Avaliar as atuais condições de rentabilidade da atividade;
- Traçar um perfil do endividamento.

A importância estratégica do trabalho consiste em auxiliar na definição da real necessidade de intervenções governamentais voltadas ao atendimento de demandas do setor produtivo, com estratificação dos diferentes tipos de produção por escala, sistema de produção e regiões.

Para fazer a composição dos custos de produção foi estabelecido:

1º passo: definição dos modelos de produção representativos de cada região:

Região	Estrato	Propriedade	Pés/ha	Produtividade (sacas/ha)	Sistema
Sul de Minas	1	30	3.769	23	Manual
	2	30	3.760	23	Semi-mecanizado
	3	150	3.290	30	Mecanizado
Zona da Mata	4	30	3.760	25	Semi-mecanizado
	5	80	4.000	28	Mecanizada e irrigada
Cerrado	6	20	5.000	25	Manual
	7	05	5.000	15	Manual

Fonte: Agroconsult

2º passo: grupo técnico formado para alinhamento de conceitos e definição da metodologia.

3º passo:

- Validação dos coeficientes técnicos para cada matriz de custo de produção;
- Preenchimento de dados das planilhas-base de custos de produção, com informações atualizadas, para cada modelo escolhido de produção.

4º passo: consolidação.

5º passo: reconstrução da série histórica dos custos de produção (mantendo fixa a matriz de coeficientes técnicos atual): 15 anos – ciclo completo.

6º passo: ajuste dos Custos de Produção (coeficientes técnicos) de acordo com as produtividades observadas em cada região.

Na formulação do cálculo da receita foram considerados:

1º passo: preço médio ponderado pela participação dos diferentes tipos de café na safra.

2º passo: sazonalidade (Preços e Comercialização) – Impactos sobre a formação das receitas.

Comercialização da safra mensal (%)

Janeiro	9,1
Fevereiro	7,1
Março	6,9
Abril	5,9
Mai	6,5
Junho	6,5
Julho	8,7
Agosto	12,2
Setembro	12,9
Outubro	9,3
Novembro	7,5
Dezembro	7,4
Total	100,0

Fonte: Agroconsult

Na consolidação, o critério adotado consistiu na ponderação por estrato:

Região	Sul de Minas			Zona da Mata		Cerrado	
Estrato	1	2	3	4	5	6	7
Ponderação	30	18	2	5	10	10	25

Fonte: Agroconsult

Quando do cálculo da receita e prejuízo para cada biênio dos últimos dez anos, o resultado acumulado ficou negativo em R\$ 2,2 bilhões a partir de 2001. Esse saldo demorará muito para ser revertido. Para efeito de cálculo do saldo, foi deduzido o custo variável da receita bruta. No curto prazo a situação agrava-se muito para o setor produtivo, no tocante à manutenção da atividade e do emprego.

Biênio	Saldo (R\$ milhão)
96/97	2.700
98/99	2.100
00/01	Zero
02/03	(1.300)
04/05	100
06/07	(1.000)

Fonte: Agroconsult

Detalhamento do endividamento bancário das cooperativas (R\$)

1. Dívidas contraídas até a safra 2002/03	
Modalidade	Saldo - 30/06/2007
Securitização	55.372.159
Pesa	55.741.885
Alongamento Funcafé	9.371.453
Recoop	13.966.952
Sub-total (1)	134.452.449
2. Safras anteriores até 2006 e Safra Atual 2007	
Modalidade	Saldo - 30/06/2007
Fornecedores de Insumos	63.820.594
CPR	1.966.565
Outros	6.888.737
Sub-total (2)	72.675.896
3. Safras anteriores até 2006 e Safra Atual - 2007	
Modalidade	Saldo - 30/06/2007
Custeio Funcafé	1.593.439
Estocagem Funcafé	168.558.630
LEC (Linha Especial de Crédito)	71.817.827
Desconto de Recebíveis (NPR, WA etc.)	51.491.929
Capital de Giro (Compror etc.)	3.762.843
ACC, ACE	128.215.021
Pré-Pagamento	76.085.601
Outros	185.859.698
Sub-total (3)	687.384.987
Total (1+2+3)	894.513.332

Fonte: Agroconsult

O levantamento tomou por base uma amostragem nas 11 principais cooperativas de Minas Gerais, com grande predominância na comercialização deste canal. Na Zona da Mata praticamente não existe cooperativa com atuação significativa, enquanto no Cerrado a comercialização está concentrada em *tradings* e produtores independentes.

Cooperativas amostradas em 2006		Minas Gerais
Volume comercializado (mil sacas)	6.090	28%
Produtores Ativos	27.825	21%

Fonte: Agroconsult

O cálculo e a composição do endividamento foram apurados basicamente em cima de levantamentos nas cooperativas amostradas e nas estatísticas do Funcafé no caso dos produtores.

Endividamento em R\$ milhão

Categoria	Valor
Produtor	1.308,00
Cooperativa	894,50
Total	2.212,50

Fonte: Agroconsult

Composição do endividamento

Produtor		Cooperativa	
Funcafé	64%	Bancária antiga	15%
CPR	30%	Bancária Funcafé	19%
Fornecedor Total	6%	Não-bancária	8%
Total	100%	Bancária, outros	58%
		Total	100%

Fonte: Agroconsult

Diante da necessidade de um equacionamento da dívida dos cafeicultores mineiros com os bancos e as cooperativas, que superam R\$ 2,2 bilhões, a CDPC, junto com representantes do MAPA, deverá apresentar alternativas para amenizar a crise.

CONSUMO

Metade da safra fica no País

A ACELERAÇÃO do crescimento do consumo de café no Brasil nos últimos anos, fruto do aumento da renda da população e das campanhas de incentivo lideradas pela iniciativa privada, deverá manter no País metade da produção prevista para a safra 2007/08.

No café, enquanto a demanda global de café cresce 1,5% ao ano, no Brasil o consumo aumentou 5,1% em 2006 e 19,2% de

2003 até o ano passado. O fortalecimento do mercado interno coroa um cenário positivo para durar pelo menos dois anos.

A meta da Abic é chegar aos 21 milhões de sacas em 2010. Com esse volume, o Brasil ocupará o primeiro lugar no *ranking* dos maiores países consumidores de café, posição tradicionalmente ocupada pelos Estados Unidos.

São várias as razões para explicar o sucesso do café. Primeiro, porque desperta e anima, dá energia e vitalidade. Espanta a preguiça, seja em casa, na escola ou no trabalho. Parar para tomar um café é sempre uma saudável pausa. A combinação harmoniosa com ingredientes diversos resulta em receitas deliciosas, quentes ou geladas, preparadas pelos baristas, que são os especialistas em café.

A maior qualidade do produto e a expansão do segmento de cafeterias são dois outros motivos que têm fortalecido o setor. E o café ainda faz bem à saúde. Consumido moderadamente, aumenta a capacidade de concentração, a memória e o estado de alerta, sendo indicado para crianças, jovens e adultos.

Outra característica do café é a sua constante renovação, resultado de contínuos investimentos feitos pelas indústrias em inovação e diferenciação. Há bebidas para todos os gostos e bolsos, de padrões tradicionais aos superiores e *gourmets*.

No geral, os cafés torrados e moídos são vendidos em pacotes de 250 ou 500g (em embalagens “almofada” ou a vácuo ou com válvula aromática). Mas também há café em grãos torrado, para quem tem máquina de *espresso* em casa ou no escritório; cafés em sachês e uma variedade de tipos, como orgânicos, descafeinados e até aromatizados.

O consumo de café no Brasil

- Crescimento em todas as classes sociais e faixas etárias;
- Estabilidade apenas no segmento mais jovem (15 a 19 anos);
- Aumento do consumo fora do lar de cafés tipo *gourmet* ou especiais
- Melhor qualidade e aumento no número de cafeterias,

Fonte: InterScience sobre Tendências de Consumo de Café no Brasil

Em 2006, foram aplicados R\$ 5 milhões em promoção e *marketing*, com recursos do Funcafé, por meio do Programa Integrado de Marketing (PIM-2006), coordenado pelo Decaf. Existem ainda as contrapartidas privadas de R\$ 2,0 milhões e o Fundo Especial de Marketing da Abic, de R\$ 655 mil.

Para 2007, o PIM prevê a alocação de R\$ 13 milhões para Publicidade e Promoção, sendo R\$ 8 milhões para o mercado interno e R\$ 5 milhões para promoção internacional, enquanto o Fundo da Abic terá investimentos de R\$ 965 mil.

As ações para o crescimento do consumo foram acentuadas, como o Programa Café e Saúde; apoio para os Concursos de Qualidade; veiculação de mensagens informativas e educativas sobre o café na mídia de massa, revistas, TV, cinemas e de um inédito programa de exposições itinerantes em *sho-*

pping centers de todo o Brasil, bem como a participação no Pan Rio 2007.

No exterior, os recursos foram aplicados em feiras, exposições, projetos compradores, *roadshows*, apoio às iniciativas no mercado asiático e, inclusive, uma preparação para iniciativas durante as Olimpíadas na China em 2008.

Exportação

Estimativas recentes da Organização Mundial do Café apontam aumento do consumo mundial de café para o horizonte dos próximos dez anos, com taxas anuais de crescimento de 1,5% a 2,5%. Isso representa um acréscimo de 20 a 30 milhões de sacas à demanda atual de cerca de 117 milhões de sacas.

Os mercados consumidores tradicionais, formados por Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, responsáveis praticamente pela metade do consumo mundial, tendem a crescer dentro da média mundial. Já os países produtores, com um quarto da demanda mundial, e mais os países emergentes, crescerão acima da média.

Índia, México e Indonésia, com programas para aumento do consumo interno de café, podem ampliar a demanda em 5 milhões de sacas. A mesma tendência cabe para o Leste Europeu, a Rússia e a China, sob o efeito do aumento da renda e a aspiração por um estilo de vida ocidental.

Em 2006, foi registrada a maior venda da história do Brasil em termos de valor e a segunda em quantidade, depois de 2002. Há um cenário de oportunidades externamente para consolidar e ampliar a sua posição.

Brasil: exportação de café

Ano	Mil sacas	US\$ bilhão
2002	28.138,309	1.368,000
2003	25.711,534	1.535,199
2004	26.474,058	2.022,560
2005	26.187,013	2.917,559
2006	27.298,060	3.289,147

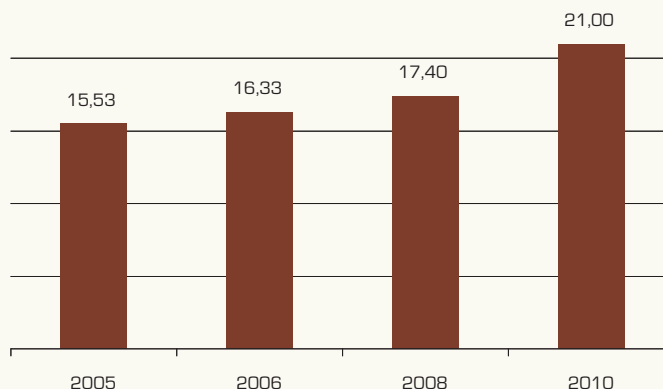
Fonte: Secex

A exportação de café torrado e moído apresenta um excelente desempenho, conforme acompanhamento feito pelo Programa Setorial Integrado (PSI), coordenado pelo Sindicafé, em convênio com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex Brasil.

O preço médio do café exportado foi de US\$ 4,55/kg em 2006 contra US\$ 4,00/kg, em 2005 (14% de aumento). Para 2007, a previsão é que as exportações alcancem US\$ 32 milhões. Os EUA figuram como maior mercado comprador e o Mercosul surge como boa opção de negócios (5% das vendas).

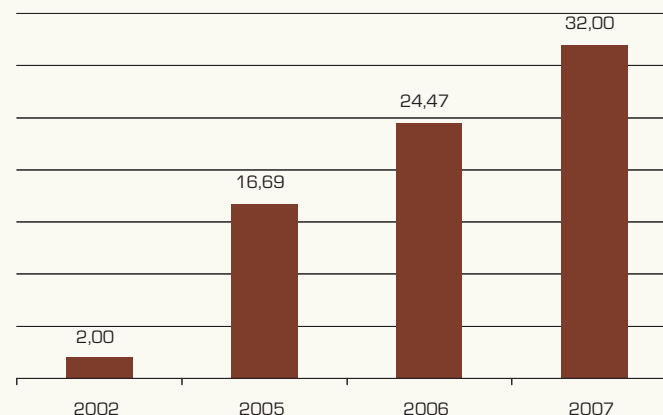
O café industrializado amplia sua participação na pauta de exportação do País e ganha força na distribuição internacional. As ações, como a internacionalização dos grãos por meio de parcerias e divulgação em feiras internacionais, fazem parte da realidade no

Brasil: consumo de café (milhões de sacas)



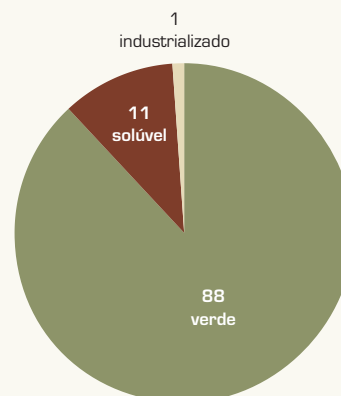
Fonte: Abic

Brasil: exportação de café moído e torrado (US\$ milhões)



Fonte: Secex

Brasil: composição da produção de café (%)



Fonte: Secex

Cafeterias em escala global

Sem mercado novo para ser conquistado pelos produtores naqueles países em que o poder aquisitivo cresce, o consumo de café aumenta graças às cafeterias. Regiões emergentes como a China, Coréia do Sul e o Leste Europeu despontam como grandes compradores do café brasileiro para os grãos verdes e o industrializado.

Diante dessa descoberta, torrefadoras e cooperativas investem US\$ 2,5 milhões em cafeterias naquelas regiões, para aumentar a exportação do grão e comercializar produto de maior valor agregado.

As empresas olham os nichos de mercado e fortalecem o *marketing*. É estratégico desenvolver um canal de distribuição por meio das exportações com maior valor agregado e reforçar a imagem do produto no exterior. Para conviver com a concorrência de empresas globalizadas como Starbucks e Mister Coffee, as indústrias brasileiras buscam parcerias fortes.

A Ásia tem enorme potencial devido ao tamanho da população e ao forte consumo de café *espresso*. Além disso, é um mercado

novo no consumo de café, pois a população começou a tomar a bebida apenas há cerca de 70 anos. Em 2006, o setor abriu três cafeterias naquele continente.

Os negócios acontecem. A Café do Centro instalou uma casa em Tóquio, enquanto a Café Tiradentes preferiu montar uma cafeteria em Seul e a Cooperativa de Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), em Pequim. Neste ano, a Café Tiradentes montou outra cafeteria no mesmo país e a meta da Café do Centro é, em dez anos, instalar 100 cafeteiras no Japão.

A Ipanema Coffees possui contrato para distribuição Starbucks dentro do mercado americano e prospecta outros clientes da Austrália, Rússia, Espanha, França. A Café Tiradentes, do Grupo Nhá Benta Indústria de Alimentos, abriu a primeira loja no exterior em 2005, na capital sul-coreana. Esse ponto de distribuição serve para pesquisar outros mercados asiáticos. A torrefadora Dallis Coffee, uma das principais empresas de comercialização de cafés especiais dos Estados Unidos, foi vendida para a empresa brasileira

setor. Além do café torrado e moído, o grão verde e o solúvel também registram grande demanda no consumo externo.

O Brasil consolida sua posição no cenário mundial do agro-negócio café como um dos países onde o consumo interno mais cresce. A OIC – Organização Internacional do Café, com sede em Londres, recomenda aos demais países produtores de café que adotem programas de ampliação do consumo semelhantes aos do Brasil. Essa é uma das formas mais efetivas de dar sustentabilidade à cafeicultura mundial, evitando excedentes e a queda nas cotações, que causam remuneração não-adequada da comunidade de produtores.

SUSTENTABILIDADE

Certificações no café

O Brasil será o primeiro país no mundo a fornecer no mercado internacional café com a denominação 4C. Trata-se do Código Comum da Comunidade Cafeeira, que estabelece regras ambientais, econômicas e sociais para produção de um café sustentável. A estimativa é que o País exporte 500 mil sacas de café 4C vindas da safra 2007/08.

A projeção foi feita a partir do projeto-piloto realizado pelo Instituto Tótum no Brasil, entre dezembro de 2006 e março deste ano. Foram visitadas 11 fazendas, responsáveis pela produção de 34 mil sacas no sul de Minas Gerais e São Paulo.

Muitos cafeicultores têm método de produção e práticas que os enquadram no sistema 4C. Maiores adequações são necessárias em algumas propriedades, principalmente na dimensão ambiental, que recebeu nota intermediária. Os pontos apontados foram:

- Práticas de irrigação que desperdiçam água;
- Embalagens de produtos químicos sem retorno ou reutilização indevida delas.

O resultado do projeto-piloto brasileiro será apresentado em abril aos membros da Associação 4C. A entidade tem sede na Alemanha e foi criada pelos maiores importadores mundiais de café – como Nestlé, Sara Lee e Kraft Foods. “A meta é que 70% das importações mundiais sejam de café sustentável”, afirmou.

Os cafés sustentáveis são comercializados no mercado externo em grandes volumes há muito tempo, com diferentes certificações, tais como o UTZ Kapeh, o RainForest e o FairTrade. O café 4C é outra opção.

Cafés 4C

O Brasil está preparado para a adoção do 4C, de acordo com o diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) e representante da entidade no Conselho da Associação do Código Comum para a Comunidade Cafeeira, Nathan Herszkowicz. Ele está em Londres e informou que a Organização Internacional do Café (OIC) discute um novo texto do Acordo Internacional do Café (AIC), que pretende incorporar os princípios da sustentabilidade à produção do café, de modo a tornar a atividade cafeeira mais rentável e sustentável.

A cafeicultura brasileira, de maneira geral, é muito moderna e avançada, e obedece a rígidos padrões de legislação trabalhista

e ambiental, que exigem boas práticas no campo. “No primeiro trimestre deste ano foram testados os sistemas e modelos de verificação do 4C em diversas propriedades brasileiras, e os resultados mostraram que elas estão dentro dos padrões exigidos”, relatou Herszkowicz.

Há expectativa de que a adoção do 4C vai afetar o comércio internacional brasileiro positivamente, no sentido de agregar maior valor às exportações. Para o diretor da Abic, o 4C vai atuar como as certificações do tipo Rainforest ou UtzKapeh, que ao comprovarem que aqueles cafés foram produzidos corretamente e dentro de normas pré-estabelecidas, incorporam maior valor aos grãos.

Ele acredita que a adoção do 4C no Brasil deve ser rápida e visualiza ganhos de mercado e imagem em função do novo selo. “O Brasil poderá captar para sua imagem o fato de ser, além de maior produtor do mundo, um produtor também sustentável de cafés de qualidade. A demanda para o período de 1º de outubro de 2006 a 30 de setembro de 2007 é de 2,5 milhões de sacas e o Brasil já possui quase 1,5 milhão de sacas desse total, o que o qualifica como o grande fornecedor de cafés 4C para o mercado mundial”, disse Herszkowicz.

A produção entre os associados ao 4C responde por 70 milhões de sacas por ano, contando com empresas como Sara Lee, Melitta e Nestlé. O objetivo do programa é que até 2015, cerca de 50% da produção mundial de café seja em conformidade com os padrões do 4C. É estimado que hoje, 3,5% da oferta mundial de café, ou seja, 4,4 milhões de sacas já sejam produzidas de acordo com os novos critérios.

Novas regras

O 4C não é somente um novo selo, mas, sim, a adoção de práticas de produção que priorizam a sustentabilidade econômica, social e ambiental. As fazendas são auditadas, verificadas, e somente com a chancela de padrão 4C o café é colocado no mercado. O 4C une indústrias e cafeicultores, mas a informação não chega ao consumidor, pois não há nenhum selo na embalagem, embora exista a possibilidade de a torrefadora capitalizar a presença no 4C por meio de ferramentas de *marketing*.

O Brasil participou da normatização. Os produtores brasileiros começam a se informar sobre o 4C. Esse trabalho será disseminado pelas cooperativas. O primeiro passo é o cafeicultor ou sua cooperativa se associar ao 4C. Torrefadores, exportadores, industriais de café solúvel e *traders* também podem participar. Existe uma taxa de filiação anual, cujo valor é estipulado em função da quantidade de sacas e do tipo de negócio.

O treinamento e as verificações são coordenados no Brasil pelo Instituto Totum, organismo certificador especializado em gestão de programas de qualidade e certificação, a exemplo do Programa de Qualidade do Café (PQC) e do Programa Cafés Sustentáveis do Brasil (CSB), realizados pela Abic.

Preparação do Brasil

Precedendo a entrada em vigor do 4C, projetos-pilotos para testar os sistemas e o modelo de verificação das propriedades

Associação 4C divulga, em Berlim, primeiros resultados

O Código Comum para a Comunidade Cafeeira (4C) entrou em vigor a partir de 1º de outubro deste ano, quando teve início a comercialização de café em grão cru produzido em conformidade com as normas e regras de sustentabilidade estabelecidas pelo programa.

Os primeiros resultados do processo de verificação da realidade mundial do café apontam para a melhoria das condições sociais, ambientais e econômicas do setor cafeeiro: atualmente, 3,5% da oferta global de café, ou 4,4 milhões de sacas, são produzidas de acordo com os critérios do 4C.

O programa, desenvolvido ao longo dos últimos três anos, e lançado oficialmente em dezembro de 2006 por meio da Associação 4C, é uma iniciativa dos maiores compradores mundiais de café, entre eles Nestlé, Melitta e Sara Lee, que representam 50% do setor de café no mundo.

rurais foram implantados em diversos países produtores de café, entre eles o Brasil. Aqui, o trabalho foi realizado durante fevereiro e março deste ano, sob a coordenação do Instituto Totum, organismo certificador brasileiro, especializado em gestão de programas de qualidade e certificação, e parceiro oficial do 4C no Brasil.

O resultado mostrou que a cadeia produtiva brasileira do café está preparada para garantir a oferta de 1,5 milhão de sacas de café padrão.

As primeiras empresas a entrar com o processo de solicitação de verificação do 4C foram as cooperativas Cocapec, de São Paulo, e a Cooxupé, de Minas Gerais. Os organismos certificadores são SGS do Brasil, a Rina e a Fundação Vanzolini, todas sob a coordenação do Instituto Totum.

“O 4C é uma associação aberta a produtores, exportadores, *traders*, indústrias, na qual todos os membros podem interagir”, explica Lopes. Para participar, a empresa tem de se tornar sócia e pagar uma taxa de filiação anual, estipulada em função da quantidade de sacas e da categoria de associado (produtor, exportador, *trader* etc.).

A oferta gradual e crescente de cafés em conformidade com o 4C pode representar uma grande vantagem competitiva para a cafeicultura brasileira, assegurando maiores volumes de exportações de cafés com melhor valor agregado e uma oferta adicional de cafés sustentáveis para o mercado interno.

Metas ousadas

Com 54% da produção global de café e representadas pelas maiores empresas do mundo de comercialização, torrefação e fabricantes de café solúvel, a Associação 4C estabeleceu metas anuais de crescimento para o próximo ciclo cafeeiro 2007/08:

- 50 cursos de treinamento a produtores e parceiros de café em 12 países;

- Serviços de verificação em pelo menos 15 países;
- A meta é que até 2015, aproximadamente 50% da produção seja de café certificado.

POLÍTICAS PARA O SETOR

Agenda de compromissos

É um conjunto de pontos fundamentais para CNC cumprir sua missão maior de defesa dos interesses e direitos dos produtores de café, em especial a sua renda, considerado o maior desafio para o setor.

1. Orientações sobre o ponto de vista macro
 - 1.1. Ter o Plano Diretor do CNC 2005/08 como documento orientador, com o ajustes necessários submetidos ao Conselho;
 - 1.2. Considerar o documento Plano Proposta CNC/CNA;
 - 1.3. Priorizar a concretização das propostas do relatório final da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre políticas para o setor focado em:
 - Seguro-renda;
 - Reavaliação do CDPC;
 - Autonomia do orçamento do Funcafé;
 - Questionário encaminhado à Comissão Especial do Café da Câmara dos Deputados;
 - Análises e projeções econométricas para subsidiar decisões sobre questões essenciais para a competitividade da cafeicultura nacional. Exemplos:
 - a) No período 2000 a 2004 o produtor dobrou a produtividade de nove para 20 sacas, investiu em tecnologia, correu mais riscos e obteve metade da renda, um prejuízo médio de US\$ 25 por saca; o Brasil dobrou o volume exportado e a receita caiu pela metade em US\$;
 - b) Com a atual política governamental e cambial por quanto tempo a cafeicultura brasileira permanecerá competitiva?
2. Política Internacional e Organização Internacional do Café
 - 2.1. Avaliar se a política externa está focada no principal problema da cafeicultura nacional, ou seja, a renda;
 - 2.2. O que se entende por sustentabilidade ou produção sustentada, quando a atividade está sem viabilidade econômica?
 - 2.3. O Brasil tem rigorosas políticas na área ambiental, trabalhista e fiscal. Fazer maiores exigências para o produtor sem segurança de renda é uma proposta para ser discutida com as devidas ressalvas;
 - 2.4. No novo acordo do café (AIC), pela sua importância na produção e consumo mundial, o Brasil deve se fazer presente e ouvido;
 - 2.5. Adotar procedimento no AIC de acordo com o posicionamento colocado pelo CNC;
3. Principais Pontos
 - 3.1. Atuar na defesa intransigente da produção com foco no produtor e no trabalhador, sem perder a visão da cadeia produtiva, tendo como objetivo final os consumidores brasileiro e mundial de café:
 - Ordenar o que é conjuntural e estrutural;
 - Manter a visão de curto, médio e longo prazo;
 - Considerar como temas vitais para o setor:
 - a) Instituição de um seguro-renda;
 - b) Resolver os problemas do endividamento e da garantia das dívidas de curto e longo prazo;
 - c) Atualizar o Plano da Safra bienal apresentado pelo CNC em 2006;
 - d) Implementar a política de comunicação, na busca da visão pública correta, econômica e social da cafeicultura;
 - e) Participar de forma harmônica, discutida e sustentada na gestão e, se possível, na indicação de membros das entidades CNA/CNC, Denac, Secretaria de Agro-energia, FPcafé, secretários da Agricultura, Freecoop e Epagricultura;
 - f) Prestigiar e fortalecer as organizações dos produtores e trabalhadores, em especial o cooperativismo, por meio de uma ação integrada com o sistema OCB e Sicoob;
 - g) Fortalecer o trabalho da rede de colaboração, conhecimento e negócios como instrumento fundamental para integrar os diferentes segmentos, acelerar a transferência de tecnologia e criar novas oportunidades de negócio.
4. Compromissos políticos
 - 4.1. Fortalecimento e união das lideranças da produção e dos deputados, com base no escritório de Brasília;
 - 4.2. Discussão sustentada, argumentada e harmonizada na escolha dos representantes, tanto classistas quanto técnicos e políticos para resultados eficientes e eficazes;
 - 4.3. Unificar as organizações numa só gestão, com:
 - A integração do Fórum Rural Brasileiro como órgão máximo da representatividade do agronegócio brasileiro;
 - A CNC como membro representativo da cafeicultura;
 - O fortalecimento da representatividade por meio da CNC, CNA, FPcafé etc.;
 - Concentrar as entidades em um fórum comprometido com o produtor e o trabalhador.

Documento firmado entre:

Comissão Nacional de Café – CNA;

Conselho Nacional do Café – CNC;

Frente Parlamentar do Café – FPC.

As propostas foram acordadas após relatório final da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, criada para:

- a) debater políticas públicas o café;
- b) e discutir e examinar a gestão do Funcafé.

OPINIÃO

O cafeicultor ainda não foi recompensado por sua eficiência**Carlos Melles**

NO CONTEXTO do agronegócio brasileiro, o café hoje não tem apenas a histórica e expressiva importância econômica, mas um forte papel social e político, o que é suficiente para a cafeicultura merecer toda a atenção do governo e da sociedade.

Ao longo de 300 anos de história, o café conquistou uma importante representatividade na economia do Brasil pela sua liderança na pauta das exportações e também pelo expressivo consumo doméstico.

O café sempre foi um produto de vanguarda. Prova disso foi a criação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, com uma visão de política de competitividade. Enxergamos o futuro, a globalização já instalada e o papel do Brasil no agronegócio mundial.

Após a extinção do IBC, criamos na Câmara dos Deputados, em 1996, o Conselho Deliberativo de Política do Café (CDPC), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a missão de formular as políticas públicas para produção, comercialização, exportação e marketing, assim como promover a pesquisa agrônoma e mercadológica para dar suporte ao desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café.

Nos últimos anos, somente o Funcafé conseguiu dar sustentação financeira aos programas voltados à cafeicultura brasileira. O café não contou com recursos fora desse processo, o que comprova que o Funcafé, se ainda não é administrado com a eficiência que gostaríamos, - como foi apontado em Pesquisa nacional que a Comissão Especial do Café realizou no final de 2006, por certo exerce um papel decisivo para a modernização da cafeicultura.

O avanço do café foi expressivo nos últimos anos. Conseguimos dobrar a exportação de café, mas pagamos o preço. A receita com as vendas externas foi reduzida à metade. Quase que triplicamos o consumo interno do café, mas não tivemos sucesso naquilo que é o mais importante: agregar mais valor para o produtor.

Mas o Brasil deu exemplo ao mundo ao agregar ciência e tecnologia ao café, dobrando a sua produtividade e melhorando

a qualidade. Todo este esforço foi construído com muita competência, embora não tenha sido suficiente para melhorar a renda do cafeicultor.

O produtor vive hoje uma situação caótica. Boa parte dos cafeicultores está devendo uma safra inteira. O câmbio sacrifica o produtor, que produz com os custos em dólar e exporta seu produto em real. Os preços dos insumos e da mão-de-obra continuam a subir e a logística complica a vida do produtor.

Tudo isto culminou com a busca do terceiro alongamento para o endividamento, só que agora com um valor bem superior ao de 2002.

Criamos, no ano passado, uma Comissão Especial do Café na Câmara dos Deputados, para discutir políticas e avaliar o CDPC e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, o que na pesquisa aplicada para toda a cadeia produtiva, apontou com clareza a necessidade de uma reavaliação desses instrumentos. Agora sob a ótica da produção sustentável, buscamos uma solução estratégica para a cafeicultura, o que com certeza produzirá reflexos positivos para todo o conjunto do agronegócio brasileiro.

É preciso encarar a sustentabilidade como um tripé, que inclui as vertentes econômica, social e ambiental. Cada uma delas não se sustenta sem o apoio das outras. Sobretudo a sustentação econômica, que é imprescindível para atingir a sustentabilidade social e ambiental. Vale destacar que, no futuro, as grandes restrições do mercado serão a questão ambiental e a qualidade do produto.

Este caderno especial da revista Agroanalysis apresenta um importante diagnóstico sobre a cafeicultura brasileira realizado pela Agroconsult, uma iniciativa elogiável do Conselho Nacional do Café e do CDPC. O estudo comprova o insucesso do produtor brasileiro. Basta dizer que a participação do produtor no custo final do produto caiu da faixa média de 25% a 30% para apenas 8%.

O agronegócio brasileiro precisa entrar no ritmo do agronegócio mundial. Mesmo dobrando a nossa produtividade, aumentando a qualidade de nossos produtos e ampliando o acesso aos mercados, a cafeicultura continuará deficitária. Ou seja, a decisão é política. O agronegócio brasileiro não terá condições de sobreviver sem subsídio.

O estudo da Agroconsult constatou com muita clareza que o produtor vendeu o seu café 20 dólares abaixo do custo de produção. O café brasileiro alterna safras baixas e safras altas. Por isto, sempre mantivemos estoque regulador. Nossa reserva, que já chegou a 18 milhões de sacas, hoje está inferior a 1 milhão de sacas. E temos ainda a forte seca que atingiu nos últimos meses as principais regiões produtoras do país. O Brasil não pode ter um estoque regulador inferior a 5 milhões de sacas e nem superior a 10 milhões de sacas.

Enfim, o “negócio café” enfrenta uma convergência de fatores negativos, que trouxe um prejuízo de US\$ 2 bilhões. Para uma safra que custa entre US\$ 10 e 12 bilhões para produzir, esta perda não representa um grande endividamento. Mas a falta de crédito na hora certa e no tempo certo, complica a situação

do agricultor, ou seja, não temos uma política pública efetiva para o setor cafeeiro.

É importante ressaltar que temos a sensatez, o pé no chão e a visão realista do ministro Reinhold Stephanes e de toda a sua equipe técnica, e destaco o esforço do secretário executivo Silas Brasileiro e do secretário de Agroenergia, Manoel Vicente Bertone. Essa integração e parceria positiva são de vital importância no momento em que o Brasil inicia um programa de ordenamento e escoamento da produção brasileira de café (Pepro Café), que representa um grande avanço para a política agrícola do Brasil.

Carlos Melles é engenheiro agrônomo e deputado federal (DEM-MG), presidente da Frente Parlamentar do Café e presidente da Cooparaíso.

PESQUISA

Avaliação do desempenho do Funcafé e do CDPC (2006)

O CONFRONTO dos dados levantados por uma pesquisa realizada na cadeia produtiva do café, diante do cenário econômico vislumbrado para os próximos anos, forneceu-nos elementos para a formulação de propostas para:

- Debater e examinar a gestão do Funcafé;
- Analisar a efetividade da gestão do CDPC nas políticas públicas e privadas;
- Avaliar os modelos administrativos e propor medidas legislativas para o setor.

Sobre o Funcafé

A pesquisa não deixa dúvidas quanto à importância do Funcafé, com as seguintes constatações:

- 50% utilizaram seus financiamentos nos últimos dez anos;
- 60% têm dívidas de longo prazo e 55% de curto prazo;
- Para 84%, os financiamentos ajudaram no desempenho de suas atividades;
- Quando inquiridos se o Funcafé cumpriu seus objetivos de dar crédito, organizar o mercado e assegurar renda 20% das respostas foram SIM, 20% NÃO e 56% em parte;
- 69% disseram que os recursos nunca estavam disponíveis “no tempo certo”;
- 56% reclamaram da insuficiência do volume de recursos;
- 93% apóiam mudanças na legislação do Funcafé;
- 74% aceitam reduzir a tutela do governo;
- 53% estão dispostos a contribuir para o aumento das reservas.

Sobre o CDPC

- 60% conhecem suas atribuições e atividades;
- 55% disseram que tomam conhecimento de suas decisões;
- 86% afirmaram ter interesse em mais informações;
- 17% consideraram irrelevante o seu papel;
- 21% disseram que suas decisões não repercutiram em suas atividades;
- 82% acham que o Funcafé deve manter estoques reguladores;
- 50% insatisfeitos com a transferência dos estoques do Instituto Brasileiro do Café (IBC) para a Conab;
- 51% sem conhecimento das atividades da Secretaria de Produção e Agroenergia;

Os Fins e os Meios

Não surpreende o desapontamento da cadeia produtiva do café com a atuação do CDPC. A assertiva nada tem a ver com a competência técnica, o profissionalismo e o patriotismo dos envolvidos. O problema é que eles têm em mãos uma missão impossível.

Em qualquer política os meios têm de ser compatíveis com os fins. Definidos os objetivos de determinada política, o passo seguinte é verificar se os instrumentos são compatíveis com aqueles objetivos.

No café, o governo carece dos instrumentos adequados para fazer face às expectativas dos cafeicultores, cooperativas, indústrias e exportadores. Só com novos instrumentos será possível desatarem-se os nós que atravancam o desenvolvimento da cafeicultura nacional.

O que é o Funcafé?

O Funcafé constitui um volume de ativos incorporados ao Tesouro Nacional destinados ao financiamento de apoio às atividades da cafeicultura. O problema é que a cafeicultura necessita de muito mais do que crédito.

O fato de os recursos do Fundo estarem em mãos do Tesouro é um complicador. Bancos são capacitados a conceder crédito, não o governo. O Tesouro Nacional, embora faça “operações oficiais de crédito”, jamais poderá operar como se banco fosse. Banco não está sujeito à Lei de Responsabilidade Fiscal nem às contingências da execução orçamentária. A função precípua do Tesouro é pagar as despesas públicas, não emprestar dinheiro. Que o faça pode ser entendido como “desvio de função”, compreensível em situações de crise, mas que não deve constituir política permanente. Nesse sentido, o Funcafé sofre vício de origem que nenhuma reforma do CDPC será capaz de sanar.

Diretrizes

O mercado de café é tipicamente instável. Os preços flutuam ciclicamente e somente em condições especiais convergirão a uma posição de equilíbrio. Os preços do café (em dólares) nas últimas três décadas revelam um padrão cíclico com periodicidade

de 10 anos, acoplado a duas outras flutuações menores com intervalos, uma a cada 2,5 anos, outra a cada quatro anos.

A atuação direta do Poder Público no mercado de café, comprando e vendendo ou especulando com estoques é fortemente desaconselhada. Essas interferências são fontes de instabilidade e seus efeitos aumentam a amplitude e a frequência das flutuações.

As intervenções do Poder Público devem ter a finalidade de corrigir distorções e melhorar a forma de operação do mercado, com base em duas diretrizes:

A primeira do governo fornecer o ingrediente fundamental ao bom funcionamento do mercado: INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS, em tempo oportuno, sobre o comportamento da demanda doméstica e mundial, estoques e previsões de safra. Isso orienta decisões e reduz as perturbações que tantos prejuízos têm causado aos cafeicultores e ao País.

A segunda diretriz é a adoção de REGRAS ESTÁVEIS. Decisões poderão ser revistas a intervalos predeterminados, mas não poderão ser alteradas ao sabor de pressões de grupos de interesse intermediadas, ou não, pelo sistema político. O foco das medidas serão as EXPECTATIVAS dos agentes. Incertezas quanto às medidas adotadas ou quanto à permanência das decisões comprometem a sua eficácia. Confiança nas regras e reduções de incertezas são vitais à criação de um ambiente propício aos investimentos.

Propostas

Os cafeicultores poderiam estar em situação melhor se:

- O real não estivesse tão valorizado;
- As dívidas passadas não comprometessem a solvência de muitos;
- Todos não tivessem de pagar “prêmios de monopólio” a fornecedores de insumos com patente vencida;
- A liberação de recursos do Funcafé nunca sofresse atraso.

Com menos produto para vender, os produtores não aproveitaram a onda favorável dos preços altos. Esses são problemas que poderiam ter sido evitados se decisões oportunas tivessem sido tomadas no passado. Mas tudo isso é água que já correu sob ponte.

Para evitar que preços em baixa caiam ainda mais, a solução clássica é a retenção da oferta excedente. Historicamente, as políticas de valorização do café eram sinônimos para a compra e estocagem do produto pelo setor público.

Com exceção das compras realizadas pelo governo paulista após a Convenção de Taubaté (1906), que teve êxito, todas as demais iniciativas acabaram em desastre (como as famosas queimas de café no governo Vargas) ou foram uma “injeção de adrenalina” na veia dos concorrentes. Perda sistemática de mercado foi o preço que o Brasil pagou por suas políticas de valorização do café.

Na última grande crise do café, de 1997 a 2001, tentou-se organizar os produtores para retirar do mercado parte da safra. A tentativa fracassou e o Brasil, que liderou o processo, mais uma vez sacrificou seu *market share*. Portanto, necessário se faz instituir marcos regulatórios, a fim de preservar a renda do produtor.

Seguro-renda

O seguro é necessário para amenizar as flutuações de receita decorrentes, seja da instabilidade do mercado, seja do ciclo natural da produção. O café é uma *commodity* com volatilidade altíssima, cuja média, nos últimos 10 anos, foi de 100%, em anos de alta produção, e de 60%, em anos de baixa produção.

O seguro-renda viria a complementar e a fortalecer – jamais substituir – os mecanismos de gerenciamento de risco oferecidos pelo mercado, quais sejam a venda antecipada de parcela da safra futura por meio de Cédulas do Produto Rural (CPRs), das opções de venda e de operações no mercado futuro.

Transferência com finalidade reguladora é um instrumento poderoso, mas pouco empregado no Brasil. No caso da cafeicultura, o aumento do emprego, especialmente do emprego formal, pode ser um dos objetivos perseguidos.

Reforma do CDPC

A eficácia do CDPC passa pela sua autonomia decisória, gerencial e imunidade a injunções políticas transitórias. Algumas das idéias são:

- Primeira: escolha do presidente do Conselho por meio de lista triplíce elaborada por representantes de todos os segmentos da cadeia produtiva do café e submetida à escolha do presidente da República;
- Segunda: instituição de período fixo para o mandato dos membros do Conselho;
- Terceira: criação de um corpo técnico permanente de apoio que forneça ao Conselho as informações e análises indispensáveis ao embasamento de suas decisões

Conclusões

Consideramos que as recomendações propostas sejam apreciadas por todas as entidades interessadas no futuro da cafeicultura. Será ainda de bom alvitre estudar o comportamento do deságio do café brasileiro e os fatores que o influenciam (estudos econométricos de alta complexidade).

As propostas questionam paradigmas da política para a cafeicultura. Em vez de pedir ao governo que adquira ou financie a aquisição de excedentes, estamos propondo a instituição de novos marcos regulatórios a partir da discussão com os integrantes da cadeia produtiva.

Com o apoio das lideranças da cafeicultura nacional, nossa missão, daqui para frente, será lutar pela implementação das medidas ora propostas. Todas caminham na direção da redução da instabilidade do mercado de café e na instituição de um seguro que garanta uma renda mínima ao cafeicultor.

Com a experiência com o agronegócio do café, as respostas obtidas pela pesquisa, as oitivas das audiências públicas, da recorrente demanda sobretudo do setor produtivo à Frente Parlamentar do Café, a aprovação por unanimidade na Comissão Especial, confesso minha convicção de que as propostas aqui apresentadas estão na direção correta.